

## DOCUMENTO

### EIA, POIS, AOS RETRATOS!

A FAMÍLIA MENESES TIRA SEUS DAGUERREÓTIPOS

TURN, THEN, TO THE PICTURES!

THE MENESES FAMILY TAKES ITS DAGUERREOTYPES

**MAURICIO LISSOVSKY** | Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e estágio de pós-doutorado no Birkbeck College, da Universidade de Londres. Professor associado da Escola de Comunicação da UFRJ | mauricio.lissofsky@eco.ufrj.br

#### RESUMO

Em maio de 1855, a família Meneses, do Rio de Janeiro, vai ao daguerreotipista fazer os seus retratos. A partir desse episódio, este ensaio investiga as expectativas, aspirações e os obstáculos à realização pública das imagens dos personagens envolvidos: um cirurgião-mor do Exército busca honra e reconhecimento; uma poetisa, mais educação e liberdade para as mulheres; e um fotógrafo, fortuna e prestígio.

*Palavras-chave: fotógrafos brasileiros; século XIX; miniaturas; emancipação da mulher; Brasil-Império.*

#### ABSTRACT

In May 1855, the Meneses family went to the daguerreotypist to make their portraits. This article takes this event to develop biographical sketches of some of the people engaged in it in order to give light to their expectations and aspirations. We see a surgeon of the Brazilian army searching for honor and public recognition; a poetess hoping for education and freedom for women; a photographer desiring fortune and prestige.

*Keywords: Brazilian photographers; 19<sup>th</sup> century; miniatures; women's emancipation; Brazil-Empire.*

#### RESUMEN

En mayo de 1855, la familia Meneses, de Río de Janeiro, va al daguerreotipista a hacer sus retratos. A partir de ese episodio, ese artículo forma tres breves ensayos biográficos de algunos de los personajes involucrados. Nos quedamos conociendo sus expectativas, y los obstáculos a la realización pública de sus imágenes. Vemos un cirujano mayor del ejército en su búsqueda por honor y reconocimiento; una poetisa que desea más educación y libertad para las mujeres; un fotógrafo que sueña con fortuna y prestigio.

*Palabras clave: fotógrafos brasileños; siglo 19; miniaturas; emancipación de la mujer; Brasil-Imperio.*



“tivessem morrido em batalha”. Foi o deputado Lino Coutinho quem lembrou dos cirurgiões. Como poderia a lei excluir as viúvas e órfãs dos cirurgiões militares só porque não eram oficiais combatentes?

Não acompanham os cirurgiões os seus regimentos em campanha? [...]. Não morrem os cirurgiões no meio da batalha como acaba de suceder no Sul? [...] hão de tirar-se do favor da lei esses homens só porque não pegam na espada para combater com o inimigo? Mas eles morrem no meio do serviço; e morrem sem matar; e morrem de sangue frio tratando de seus semelhantes (Império do Brasil, 1827, p. 87).

Ainda assim, houve quem se pusesse contrário, afinal os médicos em tempo de paz poderiam se dedicar ao ofício. Como se tratava de dispositivo emergencial, que se estendesse o benefício apenas aos cirurgiões que morressem em batalha. Mas a contradição foi logo observada: afinal, de que serve à viúva o ofício lucrativo de um marido morto? Nessa hora o deputado Cunha Matos mencionou seu nome como exemplo dos que fizeram enormes sacrifícios para marchar ao lado dos soldados na Guerra da Cisplatina:

Homens mui instruídos na medicina, e cirurgia, ficaram sujeitos às maiores necessidades [...]. O maior facultativo da classe cirúrgica, o hábil *Manoel Joaquim de Meneses* tem 40U000 réis, quando no Rio de Janeiro ganhava mais de 400U000 réis. Se o tempo é mau para os combatentes, também é mau para os que não combatem (Império do Brasil, 1827, p. 89).

A Ordem da Rosa – mais bela comenda do Império – a todas as injustiças consola. O dr. Meneses, promotor da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, deixa a casa na rua da Ajuda e segue para a rua dos Ourives, onde ficavam as oficinas de Diogo Luís Cipriano, um dos quatro daguerreotipistas a anunciarem com regularidade no *Correio Mercantil* naquele ano. O tenente-coronel reformado, 66 anos, leva consigo a esposa Eufêmia Marciana Mendonça de Meneses e as filhas solteiras.

– Eia, pois, aos retratos! – pode ter ordenado às mulheres da família. Os filhos casados que custeassem seus próprios daguerreótipos se assim o desejassem. Havia esperado demais para ver seu valor reconhecido. Agora, sentado diante do retratista, sente o peso da idade – ou será antes o peso das medalhas que lhe curva o peito (figura 1)? As pálpebras cedem. O cirurgião fecha os olhos. Pensara nas filhas e a sombra do remorso enevoara seu rosto.<sup>2</sup>

---

2 Em 2015, o Arquivo Nacional recebeu, em complemento à Coleção Francisco Bicalho, um conjunto de ambrótipos e daguerreótipos que chegara aos descendentes do engenheiro, por intermédio de uma das bisnetas do dr. Meneses, neta do igualmente engenheiro Camilo Maria de Meneses, de quem falaremos adiante. O presente ensaio concentra-se nos daguerreótipos realizados em maio de 1855, considerando esse evento singular em que se entrecruzam as histórias de três personagens: o cirurgião militar Manoel Joaquim de Meneses, a poetisa Ana Edeltrudes de Meneses e o fotógrafo e miniaturista Diogo Luís Cipriano.



**Figura 1** - Daguerreótipo de Manoel Joaquim de Meneses. Rio de Janeiro, maio de 1855. Diogo Luís Cipriano. Fundo Família Bicalho, Arquivo Nacional

## **MANOEL JOAQUIM E AS HONRARIAS**

Manoel Joaquim de Meneses nasceu no Rio de Janeiro em 1789. Sentou praça aos 14 anos. Em 1807, temendo uma invasão francesa, seu destacamento é enviado à vila de Paraty. A organização do depósito de curativos foi a primeira responsabilidade do jovem sargento no corpo de saúde do Exército. Após retornar à capital, frequenta a recém-criada Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro (Meneses, s.d.). Reengajado como primeiro-cirurgião, segue para Pernambuco com os voluntários leais de El Rey para combater a insurreição de 1817, encarregado das ambulâncias. Quando sua divisão chega a Recife, em junho, os combates já haviam terminado e os revoltosos se retirado para o interior. A bandeira real foi hasteada em Olinda e o dr. Meneses é indicado cirurgião-mor de divisão e 1º do hospital. Nessa ocasião, tem sua primeira contenda com um colega português: “incitando-se sobre este emprego grandes intrigas e pretensões, foi promovido Manoel Antônio Henriques Tota, que era cirurgião-mor capitão do 1º Regimento de Cavalaria”. Preterido ao posto, permaneceu na província como “cirurgião-mor de brigada e 1º do hospital”. Ganhara a “responsabilidade”, mas não os “interesses”; seu rival, por sua vez, “tinha os vencimentos [...] sem o ônus” (Meneses, s.d.).

De volta à Corte, em 1821, julga-se merecedor de uma medalha: “humildemente suplica a V. Majestade a graça de condecorar com a venera Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo”

(Meneses, 1821). A resposta tarda, mas o despacho negativo pode ser lido sobre o próprio requerimento, ao qual teria faltado instrução “na forma das ordens reais”. Em 1825, dr. Meneses sente-se novamente apto a pleitear uma das honrarias criadas com a Independência: a Ordem do Cruzeiro. A solicitação foi novamente negada, acrescida de um conselho: “esperasse para quando prestasse maiores serviços”. Decide recorrer contra tamanha desconsideração. Faz questão de sublinhar que marchou para Pernambuco em 1817 e, outra vez, em 1824, como “cirurgião em chefe do Exército Cooperador da Boa Ordem”, acrescentando, sem maiores explicações, que “colaborou na obra da independência desse Império.” A resposta a esse recurso é um lacônico “não tem lugar” (Meneses, 1825).

Os préstimos do dr. Meneses à obra da Independência teriam permanecido na sombra, não tivesse o cirurgião se tornado amigo e informante de um dos mais prolíficos historiadores oitocentistas, Alexandre José de Melo Morais (1816-1883). Em 1864, Melo Morais começa a editar o *Brasil Histórico*, do qual dr. Meneses foi assinante regular. Entre os relatos que provê está o “castigo bárbaro nos soldados portugueses, da Divisão de Portugal no dia 30 de setembro de 1822”. Cerca de novecentos praças e oficiais inferiores portugueses tinham aceitado o convite para servir nos “corpos de linha do Brasil”, com “vantagens” idênticas às que tinham em Portugal e a promessa de terras para cultivar depois da baixa. Porém, uma coisa lhes foi omitida: em vez de pão, vinho e linguiça – alimentação usual das tropas em Portugal –, servia-se aqui o tradicional rancho brasileiro: carne de charque, farinha de mandioca e cachaça. Os militares reclamam, supondo ter sido burlados em seu contrato. Segundo Melo Morais, os “satélites de José Bonifácio” espalham que os soldados portugueses queriam desordem – e não pão com linguiça. Por meio de um ardil, pouco mais de uma centena deles acaba detida e condenada por d. Pedro a receber cinquenta chibatadas cada. No Campo da Aclamação, diante do príncipe, começa a punição dos “insubordinados”, sob as vistas de “alguns curiosos para darem notícia do canibalismo do dia” (Morais, 2004, p. 120-121). Antes que “camarões” comecem a lanhar o corpo dos militares, o dr. Meneses intercede em favor de dois cabos de esquadra que, como enfermos aos seus cuidados, não sobreviveriam ao castigo. Nem o cirurgião-mor do Exército Manuel Antônio Henriques Tota<sup>3</sup> (sim, ele mesmo, o arquirrival do dr. Meneses), nem o coronel que comandava a força moveram-se; o próprio Meneses, então, dirigiu-se diretamente a d. Pedro, que concordou em retirar os cabos do grupo. Os assistentes relatam que “jamais tinham presenciado uma cena tão pavorosa e compungente como essa, porque a música marcial, que não abafava os gemidos das vítimas, o lamento das mulheres e o choro das crianças, filhos desses desgraçados, indignava a todos, fazendo a muitos derramar lágrimas de compunção!” (Morais, 2004, p. 124).

---

3 O tenente-coronel Tota só foi nomeado cirurgião-mor do Exército por decreto de 6 de dezembro de 1822, depois dos fatos narrados, mas, de todo modo, sua carreira é meteórica. É promovido a coronel em 1823 (posto que Meneses jamais alcançou) e como acumulava salários de cirurgião e oficial (benesse que Meneses também jamais teve), seu soldo era mais que o dobro que o do antigo rival.

A “obra” em favor da Independência que o dr. Meneses atribui a si mesmo não deve ser buscada, no entanto, nos eventos públicos, mas nas reuniões secretas das lojas maçônicas do Rio de Janeiro, cujas atas foram em parte preservadas, segundo Melo Moraes, graças ao próprio cirurgião<sup>4</sup> (BH, 5/8/1873, p. 2). De fato, ele teve uma extensa e destacada carreira na maçonaria. No início de 1822, toma parte na manobra feita pela loja Comércio e Artes, do Rio de Janeiro, para repartir-se em três “lojas políticas” com o objetivo de “conquistar a independência e manter o país unificado” (nesse segundo aspecto, divergindo dos maçons pernambucanos de 1817). Criam-se as lojas União e Tranquilidade – nome tirado das palavras do príncipe no Fico – e Esperança de Niterói. O cirurgião, então com 32 anos, é eleito cobridor da primeira (Durão, 2008).

O projeto político nacional do grupo estava associado a outro: unificar a maçonaria brasileira, dispersa geograficamente em lojas sem vinculação umas com as outras e demasiadamente diversificada e desordenada quanto aos ritos seguidos em cada uma. O resultado dessa segunda frente de atuação é a criação da Grande Oriente do Brasil (GOB), em 1831. Nesse contexto, Meneses é um dos responsáveis, desde 1837, por “acolher os diversos ritos praticados no Brasil” (Blog do Consistório, 2014). Com a promulgação da constituição e estatutos gerais da Maçonaria, em 20 de abril de 1855, seus esforços são coroados com o reconhecimento da centralidade litúrgica do “grande capítulo do rito moderno para o Brasil” (Supremo Conselho, s.d.). Sua ida ao fotógrafo, em maio de 1855, não celebra apenas a comenda imperial recebida em dezembro, mas igualmente o prestígio adquirido na maçonaria brasileira.

Daguerreótipo feito, efígie garantida, chegara o momento da literatura, da crônica histórica e, talvez, da autobiografia. O dr. Meneses toma da pena e inicia um manuscrito, ainda hoje inédito, que tem o curioso título de “História médica brasileira e [da] revolução de Pernambuco de 1824 que foi causa da dissolução da Constituinte”. O cirurgião trabalha em mais de uma versão da narrativa. Mais tarde, buscando talvez uma obra mais coesa, decide riscar as folhas dedicadas ao ensino de medicina para concentrar-se apenas nas revoluções pernambucanas. As páginas desse manuscrito contêm ainda uma referência breve a seu papel na Independência do Brasil:

Na ocasião da Independência, tomei uma parte ativa e prestei-me em tudo quanto estava ao meu alcance, sendo ouvido não só pelos que dirigiam o movimento, como pelo próprio príncipe regente, e muito contribuí, por intermédio dos meus amigos em Pernambuco, para que aquela província se reunisse ao Rio de Janeiro, adaptando-se aos novos sistemas políticos (Meneses, s.d.).

---

4 Em 1861, Moraes publicou uma breve biografia do amigo: “Biografia do tenente-coronel e cirurgião-mor reformado do Exército Manoel Joaquim de Meneses”. A obra consta dos Anais da Biblioteca Nacional, v. 9, II, 1881-1882, mas não está disponível no catálogo corrente.

O projeto literário sofre então uma inflexão. As notas acerca das revoluções de 1817 e 1824 são repassadas a Melo Morais, que as aproveita copiosamente, e decide redigir e publicar um pequeno livro de caráter histórico sobre o papel da Maçonaria na Independência e na manutenção da integridade do Império (Meneses, 1857). Nele, finalmente, vem à luz sua alegada contribuição à obra da Independência, tão friamente ignorada pelo fiscal da Ordem do Cruzeiro, em 1825. Nesse sentido, a ata da sessão de 12 de setembro de 1822 é particularmente interessante. A loja decidira mandar emissários a todo o Brasil para propagar a proclamação da Independência, que havia sido “projetada, preparada e desenvolvida pela Maçonaria”. Entre todas essas, o caso de Pernambuco era considerado o mais complicado. O irmão Felipe Nery Ferreira tinha sido enviado antes, mas a adesão da província permanecia incerta. Foi quando o irmão Manoel Joaquim de Meneses pediu a palavra:

expôs que foi errado o sistema que alguém adotava por meio de seus emissários, para trazer aquela província à união com a Corte no Rio de Janeiro, o que de nada mais tinha servido que de incutir desconfianças e insubordinar alguns oficiais; que o meio mais objetivo era uma exposição franca dos nossos princípios e intenções, encarregando aos nossos l.: daquela província e que por meio de persuasão fizessem conhecer ao povo as vantagens da união das províncias a um centro comum, sob a forma de governo que havíamos adotado; que ele estava em relação de boa inteligência com os nossos l.: que foram comprometidos nos acontecimentos de 1817 e que ora gozam de merecido crédito entre seus comprovincianos; e que lhes escreveria a fim de coadjuvarem ao nosso delegado, o l.: Felipe Nery Ferreira, que estava conforme com esse plano (Meneses, 1857, p. 47).

A assembleia aceitou bem a proposta e Meneses foi encarregado de pô-la em execução. Estava afinal esclarecida sua contribuição à “obra da Independência” – nada menos que a adesão da província de Pernambuco ao império brasileiro. Mas o livreto propõe-se ainda a esmiuçar a intriga de José Bonifácio de Andrade ao cooptar d. Pedro para a loja rival do apostolado. Disso teria resultado uma campanha contra os membros da Grande Oriente, acusando-os junto ao povo de “republicanos”. Ao que a multidão então respondia: “morram!”. Certa feita, em outubro de 1822, na saída da igreja do Rosário, os irmãos da Grande Oriente “foram apupados e apedrejados pela multidão, sendo um dos que mais sofreram o nosso l.: José Clemente Pereira, sobre quem lançaram lama e insultório, e talvez fosse vítima da fúria de amotinados, se o boleeiro, fustigando as bestas, não os atropelasse” (Meneses, 1857, p. 60).

O tenente-coronel Joaquim Manoel tinha, portanto, duas histórias – uma pública, como cirurgião militar e outra, mais reservada, como irmão Meneses, membro da Maçonaria. Ambas desembocam em 1855 no estúdio do daguerreotipista, para a admiração dos contemporâneos e glória dos pósteros. E, no entanto, cansado, ele baixa os olhos.<sup>5</sup>

---

5 Há outra obra, cuja autoria poderia ser de Manoel Joaquim de Meneses, intitulada “Esboço histórico da Maçonaria no

O custo das honrarias não fora pequeno. A resposta negativa ao pleito pela Ordem do Cruzeiro, em 1825, não desanimou o cirurgião. Em 1827, com a Guerra da Cisplatina ainda em curso, escreve novamente ao Ministério do Império, apresentando-se como chefe do Departamento de Saúde do Exército do Sul, pede ao imperador que “se digne a conceder-lhe a mercê do hábito da Ordem de Cristo” (Meneses, 1827). Cinco meses depois, o pedido é remetido ao visconde de São Leopoldo e dele não temos mais notícia. Assim que retorna ao Rio de Janeiro, em 1829, envolve-se em outra disputa, dessa vez pelo cargo de deputado do cirurgião-mor do Exército, que estava vago. Seu rival é novamente um cirurgião militar formado em Portugal, João Maria Pereira de Araújo.

Meneses manda imprimir um folheto para refutar os argumentos do oponente, que ele caracteriza como “ignorância personalizada”. Pereira de Araújo teria a seu favor a precedência nas promoções, mas Meneses sustenta que a maior “antiguidade” do oponente decorre da melhor organização do Exército em Portugal e não de seus méritos. Enquanto Pereira de Araújo acusa Meneses de não haver prestado exames em todas as matérias, o segundo retruca que o adversário não teria frequentado aula alguma, incorporando-se ao Exército como “ajudante de cirurgião” e depois “cirurgião-mor” por “exames de suficiência” que, a rigor, não lhe permitem exercer a profissão na vida civil. Ademais, não havia participado de qualquer campanha militar no Brasil. Desafia Pereira de Araújo para um “exame público de oposição” – que jamais ocorre. Entre as cartas de recomendação e apoio que Meneses transcreve no folheto está a do antigo rival dr. Antônio Henriques Tota (Meneses, 1830). No jornal *Aurora Fluminense* um missivista toma partido de Meneses, ressaltando que a escolha de Pereira de Araújo “só serviria a ensinar aos acadêmicos a fugir de se prestarem para as expedições, a deixarem-se estar ociosos na Corte, aí intrigar em vez de estudar, e irem tranquilamente comendo o soldo, e requerendo postos” (AF, 15/8/1830, p. 1.585).

Em 1839, tal como havia ocorrido em 1827, volta a ser mencionado na Câmara dos Deputados, como exemplo da penúria em que viveriam os cirurgiões militares. A questão que se coloca diz respeito novamente à reforma. O deputado Lima e Silva, que havia sido seu comandante, apoia a emenda:

É reconhecido o direito que têm os cirurgiões à sua reforma; e que toda dúvida a esse respeito nasce em se dizer em uma das câmaras que os cirurgiões militares não deviam ser reformados porque não eram oficiais combatentes; mas ele orador deseja perguntar a quem emitiu essa opinião qual é a lei que determina que oficiais não combatentes não devem ser reformados; cita o exemplo do cirurgião-mor Manoel Joaquim de Meneses, que vivendo em abundância, chamado para o exército do sul na Guerra Cisplatina, depois de ter prestado serviços por alguns anos, se vê hoje (com uma moléstia de olhos adquirida no serviço) e sua família reduzida ao mesquinho soldo de sua patente (JC, 18/7/1839, p. 1).

---

Brasil”. Ela consta dos Anais da Biblioteca Nacional, v. 9, II, 1881-1882, mas não está disponível no catálogo corrente.

Apesar de reformado desde 1840, o dr. Meneses escreve ao Ministério do Império, em 1843, solicitando ser nomeado “porteiro” da repartição do Correio, no Rio de Janeiro. Por encontrar-se “habilitado a desempenhar o emprego de qualquer repartição e lhe constar que se vai criar a Repartição do Correio”, solicita, “prostrado e submisso”, sua nomeação. O despacho breve, emitido em tempo recorde (menos de um mês!) repete as palavras fatais que já cansara de ouvir: “não tem lugar” (Meneses, 1843).

É preciso reconhecer, no entanto, que daí em diante a maré das mercês melhorou para o dr. Meneses, bem como para muitos súditos do Império. O primeiro reinado havia sido bastante comedido na concessão de títulos. Segundo Julio Bentivoglio, d. Pedro I realizou quase a metade de suas mercês em 1826, tendo concedido, em média, 16 títulos de nobreza por ano. Já d. Pedro II teria sido mais generoso, concedendo títulos a uma média superior a 25 por ano (Bentivoglio, 2010, p. 191). A mesma prodigalidade atingia a concessão de comendas. Em 1847, Meneses já pode ostentar os signos de cavaleiro da Ordem do Cristo e cavaleiro da Ordem do Cruzeiro.

No início de 1853, o cirurgião decide dar a cartada final. Desde a reforma, vinha requerendo pensão para as filhas solteiras. O processo se estendia por mais de uma década. Em fevereiro,

julgando o suplicante que sua pretensão onerará o tesouro d’ela desistiu, requereu que subisse à Imperial Presença seu requerimento documentado existente na Secretaria, com as consultas e informações respectivas, e que em remuneração de seus serviços, lhe fosse concedida a comenda da Ordem de São Bento de Aviz a que se julga com direito por sua antiguidade, serviços e graduação (Meneses, 1853).

O expediente pode ter funcionado. Finalmente, em 1854, é agraciado cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, ao qual se acrescentam, alfinetadas ao peito do tenente-coronel no daguerreótipo de 1855, a Ordem de São Bento de Aviz, também no grau de cavaleiro, e a medalha do Exército Cooperador da Boa Ordem.

Essa feira de títulos lhe dá confiança suficiente para participar dos beija-mãos do imperador desde 1857 até, pelo menos, 1863, quando recebe, por decreto, o “foro de cavaleiro fidalgo da Casa Imperial”. Poucos meses depois, essa graça é estendida a seus dois filhos homens vivos: Camilo Maria de Meneses e José Manuel de Meneses, dos quais falaremos brevemente a seguir.<sup>6</sup> Ainda lhe restavam as homenagens da Maçonaria. Tendo alcançado o grau 33, *pre-side*, desde 1870, o Grande Capítulo Geral dos Ritos Azuis e, em 1871, aos 82 anos, assume o posto de representante particular interino do grão mestre da Grande Oriente do Brasil – que era, na ocasião, o visconde do Rio Branco. Foi sua última honraria, pois morreu em 5 de maio

---

6 A taxa de crescimento de fidalgos no segundo reinado era igualmente exponencial, de cerca de 20% ao ano (Bentivoglio, 2010, p. 193). A fidalguia era a porta de entrada dos títulos propriamente nobiliárquicos. Não temos notícia que Manoel Joaquim de Meneses tenha cogitado receber títulos de nobreza, mas podemos depreender que era bem mais fácil transferir honrarias para filhos homens que pensões para filhas mulheres, em particular porque sobre os títulos recaíam taxas anuais recolhidas ao Tesouro.

de 1872. O convite para a missa de trigésimo dia, na igreja de Santa Cruz dos Militares, é assinado pelos filhos homens, pelo único neto, pelos genros e pela viúva Eufêmia Marciana Mendonça de Meneses, pois nessa condição uma mulher podia subscrever um anúncio fúnebre.<sup>7</sup>

Em 1855, o cirurgião-mor conduzia d. Eufêmia ao retratista como a recebera, há mais de três décadas, no altar. Naquele dia, sabia ou antecipava que mesmo tendo sido preterido na carreira, havia em muito ultrapassado seus rivais em honrarias e longevidade. Além da esposa (figura 2), levava consigo as filhas solteiras. Seu sacrifício era pequeno frente a tudo o que ele fez por elas e por seu país. Em troca das pensões que deixaram de receber, ganhavam daguerreótipos.



**Figura 2 - Daguerreótipo de Eufêmia Marciana Mendonça de Meneses. Rio de Janeiro, maio de 1855. Diogo Luís Cipriano. Fundo Família Bicalho, Arquivo Nacional**

## **ANA EDELTRUDES E A EMANCIPAÇÃO**

Ana, Emília e Maria sobem a escada que leva ao salão de pose do daguerreotipista alguns passos atrás de d. Eufêmia e dr. Meneses. Estão ali para ampará-lo, se necessário. Ana tem 29 anos, Emília, 26 e Maria não sabemos, mas era, seguramente, mais jovem que as

---

<sup>7</sup> Manoel Joaquim foi vice-provedor dessa Ordem desde 1848, tornando-se promotor em 1855, irmão de capela (1860-1861) e irmão de mesa (1863-1866). D. Eufêmia morreria pouco mais de um mês depois, em junho de 1872.

irmãs.<sup>8</sup> Não são a única descendência do casal, mas são o que restou da prole na casa paterna. O filho mais novo, de 23 anos, era Manoel Joaquim de Meneses Júnior. O rapaz dedicava-se ao comércio e vivia se metendo em encrencas. Uma vez mandou cobrar uma dívida que já havia sido paga e acabou esculhambado na imprensa pelo devedor. Agora mesmo está preparando uma viagem para comprar escravos no Sul – “bom negócio” diria, pois o tráfico negreiro africano está praticamente extinto e é possível adquirir um bom escravo lá por um conto de réis e revendê-lo no Rio de Janeiro por pelo menos um e meio.<sup>9</sup> Casou-se com uma catarinense, Maria Carolina Coelho de Meneses.

Em maio de 1855, enquanto o caçula viaja e a família Meneses vai ao retratista, um navio português atraca em Belém trazendo consigo uma epidemia de cólera. Em poucos meses, a doença chega ao Rio de Janeiro. Entre setembro e outubro está no auge, causando a morte de milhares de pessoas, em particular pobres e escravos (Kodama et al., 2012). A Santa Casa não dá conta de tantos doentes e enfermarias são improvisadas nos quartéis. A Igreja apela para a caridade pública e até o próprio bispo vai à rua, pessoalmente, pedir esmolas. Ana Edeltrudes e sua cunhada Maria Carolina, diante da igreja da Santa Cruz dos Militares, após a missa, às cinco horas da tarde, fazem o mesmo: “essa cena edificante atraiu a concorrência e o comovimento de muita gente, e essas senhoras ilustres obtiveram algumas esmolas avultadas” (AC, 26/9/1855, p. 3). Maria Carolina morreu poucos meses depois. Era um pouco mais velha que Manoel Jr., “praticamente da minha idade”, observou para si mesma Ana Edeltrudes. Mas espantou logo o pensamento: casar para virar escrava do esposo, esse não foi o destino que Jesus traçou para uma senhora católica. Ana defendia os direitos das mulheres.

O irmão aventureiro não durou muito mais que a esposa. Morreu de febre atáxica em novembro de 1857, sem deixar retrato. Outra Meneses cujo retrato não consta da presente coleção foi a irmã Violante Leopoldina, casada com Francisco de Paula Sá Ferreira. Em 1855, o marido ocupa-se com a criação da Sociedade Ipiranga, da qual se torna tesoureiro e se propõe a celebrar, com radiantes festejos e foguetórios, cada aniversário da Independência (Kraay, 2013, p. 182). No ano seguinte, “compenetrada a diretoria de um dos mais nobres meios da Sociedade Ipiranga na manifestação de seu entusiasmo é a concessão da liberdade a míseros cativos”, libertará seis escravos (AP, 11/9/1856, p. 3). A Ipiranga visava assim contribuir “para uma prudente e gradual emancipação desses indivíduos” (DR, 11/8/1857, p. 2). A irmã Violante Leopoldina morreu em 1870, antes que a emancipação dos escravos estivesse concluída. E a emancipação das mulheres, para quando seria?

Além dos daguerreótipos produzidos em 1855, a família conservou a imagem de apenas mais dois filhos: José Manoel de Paula Meneses e Camilo Maria de Meneses. O primeiro se

---

8 O daguerreótipo de Emília se perdeu ou malogrou em virtude de problemas na chapa ou na exposição, o que era bastante comum. É admissível, também, que jamais tenha sido tirado.

9 Júnior embarcou no paquete a vapor *Tocantins* rumo ao Sul em 18 de julho de 1855. Retornou em 25 de outubro de 1855, trazendo quatro escravos e uma agregada.

casou com Carlota Francisca de Figueiredo. Do casal guardou-se um ambrótipo, em que a esposa parece estar grávida (figura 3).<sup>10</sup> José Manoel foi despachante da Alfândega e entrou para a Maçonaria como o pai.



**Figura 3** - Ambrótipo de José Manoel de Meneses e Carlota Figueiredo de Meneses. s.d. Autoria desconhecida. Fundo Família Bicalho, Arquivo Nacional

Camilo Maria de Meneses era o filho mais velho e trabalhava como engenheiro desde, pelo menos, 1847. Era o mais “moderno” da família, tanto que foi o primeiro a tirar um daguerreótipo, em 1848, quando foi eleito primeiro-secretário da Sociedade Amante da Instrução. Essa instituição havia sido criada em 1829 por jovens sem posses visando a educação recíproca. A partir de 1830-1831, estudantes de medicina entram na sociedade que passa a oferecer educação para meninos pobres – algo raro em uma época em que o ensino das primeiras letras estava predominantemente a cargo da Igreja e restringia-se à elite. Desde 1847, a associação passa a admitir mulheres em seu quadro social e começa a construir um Colégio de Órfãs (Rangel, 2013). O tema da educação das meninas e o das pensões para viúvas e órfãs estavam relacionados ao imaginário moral do século XIX, uma vez que serviriam ambos para evitar que as moças se entregassem à prostituição – as pobres, graças aos ofícios que aprenderiam, as remediadas, graças ao que recebessem do Estado.

<sup>10</sup> Sabe-se que o casal teve uma filha, Elvira, que nasceu em 24 de março de 1862 (época plausível para a realização desse ambrótipo) e se casaria com um engenheiro militar.

Camilo poderia ter acompanhado as irmãs ao daguerreotipista, mas tinha outras preocupações, pois em maio de 1855, por decreto imperial, aprovam-se os estatutos da Companhia Estrada de Ferro de Pedro II: uma sociedade composta por acionistas. Foram emitidas sessenta mil ações, no valor de duzentos mil réis cada, compradas por 2.360 cidadãos (Borges, 2016). Camilo foi um deles: um “capitalista”, como se dizia na época. Nada poderia ser mais característico de uma boa família oitocentista brasileira: um irmão investia em escravos do Sul, outro em ações de ferrovias.<sup>11</sup>

Dedicou-se basicamente às obras públicas da província do Rio de Janeiro. Chefiou distritos no interior desde pelo menos 1856 (Assembleia Legislativa Provincial, 1855) e trabalhou como engenheiro de 1ª classe até se aposentar em 1898. Em 25 de fevereiro de 1872, faz a viagem inaugural do canal Macaé-Campos, cujas obras havia supervisionado, levando sua esposa Maria Gertrudes de Figueiredo e a filha Maria Isabel<sup>12</sup> (Sousa, 2014, p. 89). Talvez tenha sido nesta ocasião que a moça conheceu um jovem engenheiro que trabalhava para seu pai na construção do canal, o mineiro Francisco Bicalho. Casaram-se em 1875 e foi por intermédio de uma de suas filhas, Chiquita Bicalho, que as fotografias que deram origem a este artigo foram preservadas. No verso do daguerreótipo de Manoel Joaquim de Meneses, Chiquita anotou: “Era o pai do vovô Camilo, pai da mamãe, médico do imperador e como tal tinha um título, creio que ‘moço fidalgo’. A data acima deve ser do retrato onde ele [ilegível] a comenda da rosa”.<sup>13</sup> A filha do engenheiro Camilo casou-se com o engenheiro Francisco em um tempo em que, dizia-se, o Brasil precisava de engenheiros. Precisava ainda mais de mães de engenheiros, poderia ter emendado Ana Edeltrudes.

Foi em virtude de suas poesias, publicadas esparsamente, que Ana Edeltrudes de Meneses (figura 4) teve seu nome incluído no *Dicionário bibliográfico brasileiro de Sacramento Blake* (1883).<sup>14</sup> Também é mencionada por Francesca Miller (1991, p. 42), entre as mulheres latino-americanas que buscavam justiça social, como editora do *Jornal das Senhoras* (JS). Não chegou a sê-lo, de fato, apesar de ter contribuído com algumas poesias. O *Jornal das Senhoras*, lançado em 1º de janeiro de 1852, saía aos domingos e anunciava-se como um jornal de “modas, literatura, belas-artes, teatro e crítica”. No primeiro número de cada mês prometia incluir um figurino. Também encontramos em suas páginas modinhas, lundus e riscos para bordados.

---

11 Era, como se podia esperar, igualmente maçon, como o pai e o irmão. Em 1873, foi comissionado pela GOB para regularizar a loja Goitacás, em Campos (RJ), onde trabalhava (Sousa, 2014, p. 250).

12 Na legenda manuscrita sobre a fotografia, é chamada de “Isabel Alice”. As obras do canal arrastavam-se há décadas, tendo sido uma das principais causas do endividamento da província na época. Foi “inaugurado” algumas vezes antes, mas sua navegabilidade era precária em virtude da ausência de um canal de junção com o rio Paraíba. Em 1872, o governo provincial decide não colocar mais dinheiro nele e o dá por “inaugurado”. Em 1877, vários trechos do canal já estão novamente secos (Penha, 2012).

13 Como já vimos, dr. Meneses não era médico do imperador – esses eram chamados cirurgião-mor da Câmara –, mas cirurgião-mor militar. E jamais foi “moço-fidalgo”, mas “cavaleiro-fidalgo” – dois degraus acima na hierarquia. A coleção ainda inclui os retratos da mãe e do pai de Maria Gertrudes, que era empresário em Macaé, e do irmão mais moço, Francisco Carlos de Figueiredo, em 1855, com a sobrinha Isabel no colo.

14 Fora mencionada, anteriormente, em Ortiz, 1869, p. 70.



**Figura 4 - Daguerreótipo de Ana Edeltrudes de Meneses. Rio de Janeiro, maio de 1855. Diogo Luís Cipriano. Fundo Família Bicalho, Arquivo Nacional**

O editorial de lançamento informa que era escrito por uma senhora. Por que a América do Sul haveria de ficar atrás “quando o mundo todo marcha ao progresso e tende ao aperfeiçoamento moral e material da sociedade?” A redatora dizia-se “uma americana que se não possui talentos, tem a vontade e o desejo de propagar a ilustração, cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher”. Tratava-se da argentina Joana Paula Manso de Noronha, que chegara exilada ao Rio de Janeiro, acompanhada do marido, um músico português. Depois de expor os princípios às leitoras, convida-as a participar do jornal: “o estandarte da ilustração ondula gracioso à brisa perfumada dos trópicos: acolhei-vos a ele todas que possuíis uma faísca de inteligência, vinde”. Mas reconhece que essa participação encontra grandes barreiras nos limites impostos por pais e maridos à expressão feminina. Por esse motivo, promete anonimato às assinantes e às autoras, recomendando que não temam “dar expansão ao seu pensamento”. Afinal, o que Deus dá – o talento, a inteligência – os “homens não podem roubar” (JS, 1/1/1852, p. 1).

A religião era o fundamento moral e espiritual da emancipação da mulher (JS, 25/1/1852, p. 1). O cristianismo teria sido subvertido e a mulher mantida escrava. Por isso, a educação visava tanto os homens quanto as mulheres: “reformai a sua educação moral; deixem os homens de considerá-la sua propriedade. [...] Seja como Deus a fez: ser que pen-

sa, e não coisa que se muda de lugar sem ser consultada". A jornalista admitia que a folha enfrentaria certas dificuldades ao entrar nos lares das famílias brasileiras:

Quem sabe se o inocente *Jornal das Senhoras* não vai sofrer algum auto de fé privado. Falar nos direitos, na missão da mulher, na sua emancipação moral!

Mau, mau; isto não é leitura que se deva permitir nas casas de família (JS, 11/1/1852, p. 2).

Na casa dos Meneses, entrou. Não sabemos se Ana Edeltrudes levantou os olhos para observar o pai que cochilava sentado depois da missa quando leu "é um perigoso e terrível inimigo para a realização do nosso desejo o *egoísmo* do homem!", mas ela, aos 27 anos, já tinha formado certas convicções. Difícil tarefa essa das mães de "desairragar esse preconceito funesto do espírito de seus filhos", pois a ideia de uma "superioridade injusta" deve desaparecer no homem, "desde menino". Não era para ela. Ela acreditava no amor, isso sempre, nessa "fusão misteriosa de duas almas confundidas em uma só". Ah, mas como era difícil encontrar tal coisa aqui nessa terra – e talvez, nessa hora, observasse com certa compaixão d. Eufêmia. Pode essa "união inteiramente moral" se realizar "entre o senhor e sua escrava"? Não, claro que não. "Porque ante a superioridade de um dos sexos o amor se define, desaparece, e troca o seu fagueiro riso em lágrima silenciosa". Ana sabia que no casamento o que mais se encontra é a "decepção" e a "tirania insuportável". O homem diz "*minha mulher*" com a mesma "entonação de voz" com que diz "*meu cavalo, minhas botas etc., etc., etc.*" (JS, 11/1/1851, p. 12-13, grifos do original).

Não é possível assegurar que Ana Edeltrudes publicou qualquer poesia no *Jornal de Senhoras* no primeiro ano de sua existência, anonimamente ou sob pseudônimo. Por outro lado, os vínculos da família Meneses com o semanário não eram fortuitos. Em 25 de agosto de 1852, publica-se nele a valsa *As lágrimas da saudade*, "composta e oferecida ao Ilmo. tenente-coronel Manoel Joaquim de Meneses por seu velho amigo muito respeitador e venerador Jozeph Fanchinetti"<sup>15</sup> (JS, 29/8/1852). Joana Manso já não estava mais à frente do jornal e o ímpeto reformista arrefecera. Apenas em 1855 lemos algo efetivamente assinado por nossa "A. E. de Meneses". Trata-se de uma "correspondência" à redatora. Ela informa que certa poesia, publicada dois números antes, anonimamente, era de sua autoria. Não eram os créditos que reivindicava, mas a correção no texto fornecido ao jornal. A carta tem um claro tom irônico, acentuado pelo uso dos itálicos: "Deparando em seu jornal [...] com umas quadrinhas de minha composição, dedicadas a uma de minhas amigas que se achava ausente, e notando que a pessoa que as *copiou* do meu álbum, *teve alguns equívocos*, incluso lhe remeto a cópia fiel". O "equívoco", de fato, estava longe de ser casual. Ana Edeltrudes havia escrito em *A saudade roxa*, por exemplo: "Possam, pois, os puros votos / Da mais cons-

---

15 Uma das estranhas proezas pela emancipação feminina do maestro Jozeph Fanchinetti, que chegara à Bahia em 1831, com um contrato de compositor e maestro de coro, foi ter ensinado uma jovem pernambucana surda-muda a tocar piano: "louvores lhe sejam dados por sua dedicação e perseverança restituindo à sociedade mais uma mulher que estava destinada às profundezas do ignorantismo" (JS, 29/8/1852, p. 72).

tante amizade / Tocar de Francina o peito / Levados pela saudade!”. A copiadora alterou o original escrevendo “Da mais constante amizade / Tocar de Clotilde o peito” – e procedeu à mesma substituição em todos os versos em que Francina era mencionada (JS, 5/8/1855, p. 244-245).

Era bem comum, na época, que poetas e, principalmente, poetisas amadoras mantivessem álbuns de versos e pensamentos, onde não apenas colecionavam seus poemas como podiam acolher escritos de amigos e admiradores. Esses álbuns eram exibidos e lidos pelas visitas e, eventualmente, recitados em saraus e encontros festivos. O episódio anterior é característico das circunstâncias complexas em que essa produção se envolvia quando transpunha os limites do ambiente doméstico. O anonimato garantido pelo *Jornal das Senhoras* – que não era estranho à imprensa oitocentista – era praxe quando se tratava da escrita das mulheres (Jinzengi, 2012). Garantia-se a difusão de peças literárias sem que o recato das autoras fosse ameaçado ou as expusessem à repreensão de pais e esposos; no entanto, arriscavam-se a ver seu trabalho deturpado ou plagiado. Assim, em outra edição, o jornal houvera publicado um “plagiário” de uma poesia de Ana Edeltrudes. Mas como o direito inviolável à modéstia também beneficia a plagiadora, a plagiada evita mencioná-la “para não chocar o melindre de quem a assinou” (JS, 5/8/1855, p. 245).

Na década seguinte, nós a vemos assinando poemas com mais frequência, mas nunca livre de plágios e apropriações. Um dos casos que acaba adquirindo fugaz notoriedade envolve sua resposta em versos a uma modinha de Laurindo Rabelo, poeta romântico bastante popular, falecido em 1864. O episódio é narrado por Melo Morais:

Cantava uma senhora ao som do seu piano, em S. Domingos de Niterói, a canção do Trovador, em companhia de outras, quando uma amiga da Exma. Sra. D. Ana Edeltrudes de Meneses, que também estava presente, estimulada em seus brios de mulher, pediu a esta ilustre senhora respondesse ao poeta que tão injustamente maldizia de seu sexo, a ponto de o desprezar, pelo motivo de ser traído por uma amante infiel, que o não amou nunca com o amor de mulher; e a nossa ilustre poetisa, satisfazendo os desejos da sua amiga, respondeu ao trovador de um modo tão delicado e civil, que o confunde em seus argumentos, e coloca o amor da mulher, apesar da debilidade de seu sexo, e dos martírios por que passa, na altura em que os homens o devem receber e apreciar. [...]. Esta poesia, que aqui transcrevemos, foi publicada em música, e com alterações, dando-se a paternidade dela a outra pessoa, quando a verdadeira autora é a ilustre poetisa que acima mencionamos (BH, 2/10/1864, p. 4).

Não é necessário reproduzir todo o duelo entre as duas modinhas, mas apenas a título de exemplo, enquanto Laurindo Rabelo diz “A mulher tem feitiço nos olhos / E nos lábios veneno letal; / A mulher nos ilude chorando / E sorrindo nos crava o punhal”, Ana Edeltrudes responde: “A mulher é um ente infeliz; / O seu fado é sofrer e amar / Quando os homens a tornam escrava, / Inda os ferros vai meiga beijar” (BH, 2/10/1864, p. 4). Apesar de não men-

cionada por Melo Morais, é fácil descobrir a usurpadora dos versos de Ana Edeltrudes. Foi Josefina Pitanga, que os assina em *Lira do Trovador*, principal compilação de modinhas, lundus, recitativos e canções oitocentistas (*Lira do Trovador*, s.d., p. 17-20). O mesmo Sacramento Blake que incluiu Ana Edeltrudes de Meneses entre as poetisas brasileiras do século XIX não lhe fez justiça, atribuindo igualmente “Ao Trovador” a Josefina Pitanga. A modéstia do anonimato rendeu a Ana e a outras escritoras de seu tempo uma promissória virtualmente irresgatável.<sup>16</sup>

Há um verso de Ana Edeltrudes, entre todos que pude ler, que participa de uma rede de enunciados que ecoam e remetem um ao outro, formando parte da sonoridade oitocentista tanto quanto os pregões dos escravos no mercado e as modinhas e lundus nos salões. Foi publicado no *Correio Mercantil* em um poema intitulado “Glória ao exército e armada brasileira!”. Estamos em plena guerra da Tríplice Aliança. Assunção está cercada. A poetisa conclama os guerreiros ao ataque final: “Eia, pois, Brasil, avante! / Termina tua missão, / E livra um povo oprimido, / Das garras da escravidão!” (CM, 16/3/1868, p. 2).

“Eia, pois”. Enunciado assim em uma conclamação patriótica como a que temos na letra de Medeiros e Albuquerque para o Hino da República: “Eia, pois, brasileiros, avante!”. Apesar da extrema semelhança entre os dois versos, cuja diferença decorre antes do número de sílabas que da intenção, é difícil estabelecer uma cadeia de ecos, plágios e imitações entre um e outro. Mas existem cacos em toda parte, como nos versos que se costumava cantar na introdução do Hino Nacional que, como evangelho apócrifo, foram banidos em 1909. Neles, podia-se ouvir: “Eia, avante, brasileiros, sempre avante!”. Mas nesses versos, atribuídos a Américo de Moura, não há o “pois”, cuja origem remonta ao “Salve Regina”, oração católica medieval que ganha especial força no contexto da contrarreforma: “Eia, pois, advogada nossa”, dirige-se em português desde fins do século XV a uma Virgem que é tanto intercessora junto aos céus como comandante em chefe das legiões católicas na América (Souza, J., 2008). Mas isso que serve à Santíssima, serve igualmente ao demônio, como na tradução portuguesa do *Paraíso perdido*, de John Milton, quando Satanás diz a si mesmo, prendendo o fôlego antes de encarnar na serpente e seduzir Eva: “[...] eia pois vamos, / Levemo-la à desgraça: destruído / Seja pois isso tudo” (Milton, 1823, p. 94). E também aos protestantes como o superintendente de construção de ferrovias J. J. Aubertin que exorta os brasileiros a trabalhar como homens livres: “Pensais, repito, que o trabalho é a divisa da escravidão? Não”. E, valendo-se de uma alegoria incomum, compara a trilha da salvação aos trilhos da ferrovia: “A cada um d’entre vós portanto eu digo, levanta-se, trabalhe, e prepara-se para a sua – estrada de ferro. Eia, pois; avante!”<sup>17</sup> (AA, 9/9/1862, p. 2). Pela mesma via, conclamam-se os estudantes de São Paulo a enfrentar os argumentos do protestantismo: “Eia pois, jovens

---

16 Augusto de Carvalho (1872, p. 262) se refere a um “belo poema”, intitulado “A escrava”, provavelmente de teor abolicionista, da “simpática autora Ana Edeltrudes de Meneses”, que não foi possível localizar.

17 Desde 1850, as concessões de ferrovias no Brasil estão sujeitas a uma legislação que proíbe o uso de mão de obra escrava em sua construção. Esse aspecto torna a alegoria do superintendente inglês ainda mais rica de significados.

acadêmicos, briosos soldados da religião católica, apostólica, romana, prossegui na estrada da verdade que abristes!”<sup>18</sup> (OA, 12/7/1868, p. 4).

Eia, pois, eia, pois. Um pé após, um pé depois.

Maria de Meneses sobe a escada do sobrado atrás das irmãs (figura 5). Mas ao contrário de Ana e Emília, viria a casar-se 15 anos depois. As proclamas foram lidas na capela imperial, em janeiro de 1870, na presença do pai octogenário. O noivo, igualmente quarentão, era o maranhense Eduardo Manoel Francisco da Silva, bacharel em filosofia, que tinha planos de fazer política pelos liberais em sua província, porém, subitamente, desistiu de tudo e veio tentar a sorte no Rio de Janeiro. Chegou à Corte em 1852, foi negociante e professor. Tinha negócios em Campos desde 1856, distrito que o elegeu deputado provincial em 1863 e onde foi nomeado tabelião, em 1868. Podemos supor que foi por intermédio do engenheiro Camilo, chefe do 6º Distrito de Obras Públicas de 1856 a 1860, tendo retornado à região por conta das obras do canal, que o tabelião maranhense e a carioca Maria se conheceram ou – ainda mais provável – tiveram seu casamento “arranjado”. Em Campos, exerce funções de destaque em sociedades religiosas da cidade. O esposo, por sua vez, assume o honroso pos-



**Figura 5** - Daguerreótipo de Maria de Meneses. Rio de Janeiro, maio de 1855. Diogo Luís Cipriano. Fundo Família Bicalho, Arquivo Nacional

<sup>18</sup> Manoel Joaquim de Meneses, como católico respeitável, também participa da luta pelas almas dos protestantes. Em 19 de julho de 1861, na igreja de São José, “perante o vigário da mesma”, é uma das testemunhas da “abjuração da religião protestante luterana feita pelo sr. Martinho Lourenço Martins, natural da Dinamarca” (CM, 20/7/1861, p. 1).

to de porta-bandeira do 6º Batalhão da Reserva de Infantaria da Guarda Nacional. Em 1874, torna-se secretário da loja maçônica Progresso que o cunhado organizara no ano anterior. O matrimônio durou vinte anos, até a morte do marido em 1891, aos 64 anos. Três semanas depois, a viúva coloca tudo a leilão, inclusive o sobrado em que moravam, e volta para o Rio de Janeiro para viver junto às irmãs.

Com a morte do pai, em 1872, Ana Edeltrudes e Emília Augusta haviam perdido a renda proveniente do meio soldo de tenente-coronel reformado. Desde então, solicitaram pensão ao Ministério do Império, na condição de órfãs solteiras do cirurgião-mor. Cerca de quatro anos depois, concedeu-se, por meio do decreto de 12 de julho de 1876, “pensão mensal repartidamente” – 24 mil réis para cada uma. Mas a aprovação pela Câmara dos Deputados era necessária, o que acontece em 19 de abril de 1877, “em atenção aos relevantes serviços prestados ao Estado durante 36 anos” pelo falecido (retroagindo o benefício, claro, ao ano anterior). O decreto sobe então ao Senado, onde entra na pauta em 4 de junho de 1877. A matéria vai à votação no dia seguinte, em sessão presidida pelo visconde do Jaguarari. Abre-se uma acalorada discussão, não sobre o mérito do caso, mas sobre os procedimentos na concessão de pensões. O senador Junqueira afirma que não tem nada a objetar quanto a essa concessão em particular, mas argumenta que “é preciso que o governo se arme de uma força imensa para resistir a esse prurido de pensões”. E resmunga: “Parece que esse país quer viver de pensões”. O senador pela Bahia ainda acrescenta que há quem pense agora na “herança das pensões”. “É um escândalo!”, interrompe alarmado o senador Jobim. Mas como, afinal, ninguém no plenário de fato se opõe ao pleito das irmãs Meneses, aprova-se o benefício. Antes que ambas possam celebrar a vitória de sua causa, o senador Correia objeta, levando em consideração a grave situação financeira do país, que as pensões não deveriam retroceder à data de sua concessão pelo Executivo, pois a Constituição determina aprovação pelo Poder Legislativo. O debate se estende por horas, os senadores consultam tabelas, interpelam o barão de Cotegipe, ministro da Fazenda, mas, ao cabo de tudo isso, a emenda do senador pelo Paraná que suprimia a retroatividade das pensões é rejeitada. Esgotados, os senadores passam a aprovar sem discussão todas as demais pensões submetidas à votação naquela sessão. Inclusive a de d. Etelvina, que acertou no milhar e passou a ter direito à “pensão que lhe cabe por falecimento de seu pai sem prejuízo da que percebe por morte de seu marido” (Senado Imperial, 1877, p. 7-12).

Em 1898, Emília morre. As irmãs Ana e Maria Meneses se despedem dela, à beira da sepultura. Emília não deixou retrato. Quando a tampa do ataúde fecha, leva consigo sua imagem.

## **DIOGO LUÍS E AS MINIATURAS**

As placas já estão prontas, polidas, brilham como espelhos. Perfeitas. Muita gente pensa que chamar daguerreótipos de “espelhos com memória” é algum tipo de metáfora. Não é. O daguerreótipo nasce espelho para só depois virar fotografia. Diogo Luís Cipriano observa o reflexo fugidio do rosto e dos dedos na superfície prateada enquanto lava as placas. Faíscas de luz dançam na água. Ele repete os gestos que aprendeu com seu professor Guilherme

Telfer, de quem comprara o negócio na rua do Ourives. Bom negócio, pensou nesse dia, pois vinha toda uma família a fazer retratos.

Diogo sonhava com famílias cada vez mais numerosas, todas com seus daguerreótipos pendurados na parede. O ofício de pintor aprendera com o pai, igualmente chamado Diogo Luís Cipriano, que já pintava em Funchal, na ilha da Madeira. Sobre sua emigração para o Brasil, há versões conflitantes. Em uma delas, tendo o pai contraído dívidas na ilha, vende aos ingleses o que lhe havia restado da herança familiar e emigra para o Brasil em 1811, trazendo mulher e filhos. Segundo Rui Carita (2007), no dorso de uma pintura atribuída ao pai, localizada no Rio de Janeiro em 1915, constava a anotação que tinha vindo para o Brasil por não ter “na sua terra natal uma vida de expansão econômica, indo bater às portas do Brasil que lhe foram hospitaleiramente abertas, e onde manifestou exuberantemente o seu talento de artista”. O referido quadro teria sido recolhido a um depósito público em virtude de uma disputa de herança entre os filhos do pintor após a sua morte, aos 90 anos, em 1871 (Carita, 2007, p. 480).

Se Diogo, o filho, pudesse saber o que diriam dessa pintura dali a 150 anos, teria posto a perder uma das placas. Quem pintou fui eu, teria exclamado, indignado com a injustiça histórica que lhe reservava a posteridade em sua própria terra natal.

Uma segunda hipótese decorre de haver outro pintor chamado Diogo Luís Cipriano em Funchal, nascido em torno de 1801, talvez filho do Cipriano acima referido, e que se envolve em um dos mais complicados e polêmicos episódios da ilha no século XIX, o movimento liberal de 1821 que se seguiu à aprovação da Constituição pelas Cortes, em Lisboa; um conflito em que se contrapõem o governador da ilha e o bispo de Elvas, de quem Diogo, o pai, toma partido. No desenrolar da intriga, os dois lados se dizem defensores da Constituição e acusam o adversário de conspirar contra ela. Em um relato anônimo dos episódios, lemos: “Tudo é confusão, tudo desordem. Ninguém sabe quem é agressor, quem defende a causa pública” (Botelho, 1821, p. 9). O bispo acaba expulso da ilha em 22 de fevereiro, partindo de navio para Lisboa. No dia seguinte, a cidade teria amanhecido com “bandeiras pintadas com santos, e alguns emblemas religiosos”. O pintor Diogo Luís Cipriano, suspeito de ser o autor do desafio à autoridade do governador, é preso naquela mesma noite (Botelho, 1821, p. 40). Na representação que escreve, em maio de 1821, denuncia os “mandões da terra”, que receavam ver expostas suas “muitas iniquidades ocultas”, particularmente no favorecimento a interesses britânicos na ilha (Rodrigues, 2008, p. 71-73).<sup>19</sup>

– Talvez esse pintor tenha sido meu pai – sorria Diogo, o daguerreotipista, feliz com o eventual heroísmo do progenitor. Uma vez libertado, Diogo pai arrumaria as malas e viria para o Brasil com a família.<sup>20</sup> Na nossa opinião, Cipriano, o pai, único ex-presos político da

---

<sup>19</sup> O autor sugere que esse documento, apesar de assinado por Cipriano, não tenha sido escrito por ele, mas por um padre aliado do bispo.

<sup>20</sup> O verbete da *Enciclopédia Itaú Cultural* implicitamente assume que esse pintor foi o fotógrafo, pois informa que Diogo nasceu em 1801 (“presumidamente de nacionalidade brasileira”) e morreu em 1901, tendo vivido, portanto cem anos, os trinta últimos sem tirar qualquer fotografia. Acredito que essa data de morte corresponda, de fato,

revolução liberal na Madeira, jamais deixou a ilha. Ficou por lá cuidando de seus negócios e quem veio foi seu filho Diogo Luís Cipriano, que teria chegado ao Brasil em 1847 para viver de sua arte (AN, 27/4/1915, p. 1). Talvez não tenha residido inicialmente na Corte, pois se casou em Petrópolis, entre 1847 e 1850, com Joaquina Augusta de Freitas. Cinco anos depois, Diogo Luís Cipriano, da Madeira, decide apoiar o novo empreendimento do filho pintor de miniaturas, que pretendia se dedicar também à arte da daguerreotipia, e envia uma letra a “Diogo Luís Cipriano Junior”, do Rio de Janeiro (CM, 13/7/1853, p. 2).

– Maldita ilha da Madeira, onde todos os pintores se chamam Diogo Luís Cipriano! – poderia ter dito Júnior para si mesmo, solidário com as dificuldades de seus futuros biógrafos. Tomara que os clientes se lembrem de vir de roupa preta ou escura, como William Telfer, seu mestre de ofício, sempre recomendava.

William, ou Guilherme, como também assinava, atua no Rio de Janeiro desde 1849, sendo um dos pioneiros da fotografia na Corte<sup>21</sup> (JC, 2/6/1849, p. 3). Em outubro de 1850, depois de receber duas caixas de material vindo da França (JC, 30/9/1850, p. 2), anuncia-se como “professor de daguerreotipia” e alega que pode fazer retratos com uma expressão que “sobressai a todos que podem ser tomados nesse país”. Adianta que tira retratos de todos os tamanhos, “desde os mais pequenos adoptados em por n’uma memória” (JC, 15/10/1850, p. 4). No ano seguinte, já há pelo menos oito daguerreotipistas em atividade na Corte. Entre eles, um peso pesado do mercado, a sociedade Bulevot & L. Prat, os primeiros a serem nomeados “fotógrafos da casa imperial”, em 1851. A concorrência entre os profissionais era muito acirrada e não surpreenderia se contagiasse também seus escravos, resultando em graves ferimentos como a “facada no ventre” que recebeu um escravo de Telfer em um “conflito de capoeiras” ocorrido, às nove horas da noite, em frente à oficina do senhor, “na rua do Ourives ao pé da do Cano” (CM, 30/9/1852, p. 1).

No final de 1853, o professor está de partida para a Europa – os lucros começavam a diminuir com a oferta crescente de fotografias em papel e outros suportes, bem mais baratas que os daguerreótipos. E ainda havia esse aluno português, que recebera dinheiro do pai para comprar a oficina. Embarca com destino a Liverpool para nunca mais voltar.<sup>22</sup> Desde 1852, Cipriano mantinha sua oficina de miniaturista na rua do Ouvidor; em maio de 1854, anuncia-se daguerreotipista na oficina da rua dos Ourives, adquirida de Telfer. Na mesma página, uma curiosa dupla de “magnetizador” e “sonâmbula” também oferece seus serviços (CM, 29/5/1854, p. 4). Seu prestígio na Corte decorria antes da miniatura que da daguerreotipia. Naquele mesmo ano, o “miniaturista de grande mérito” foi nomeado “retratista da casa

---

ao falecimento de seu filho mais velho, igualmente chamado Diogo Luís Cipriano. Quase todas as informações constantes desse verbete estão equivocadas.

21 Apresenta-se como recém-chegado dos Estados Unidos, sendo de nacionalidade inglesa ou, segundo algumas fontes, escocesa.

22 Pode ter voltado a atuar em Londres como retratista em *carte de visite*, como indica Helmut Gernschein (1962, p. 246), mas por pouco tempo, pois “abandonou a fotografia quando o daguerreótipo foi suplantado pelo processo de colódio”.

imperial" (CM, 23/5/1857, p. 1). Apesar de ter sido posteriormente designado fotógrafo da casa imperial, manteve em seus anúncios a primeira nomeação.

A partir de 1859, multiplicam-se as técnicas fotográficas à disposição do público. Ainda se faz daguerreotipia, mas Joaquim Insley Pacheco, que havia se tornado fotógrafo da casa imperial em 1855, faz questão de anunciar-se "fotografista e ambrotipista da casa imperial" (Almanaque Laemmert, 1855, p. 672). Dizia-se o único "retratista em vidro" da Corte, além de realizar retratos em papel e marfim, pinturas a óleo e miniaturas a pincel. Para melhor caracterizar sua modernidade, em contraste com a concorrência, informava que era discípulo de "célebres professores" de Nova Iorque e que suas galerias eram "iluminadas a gás". A primazia de Insley Pacheco quanto à ambrotipia é, de certo modo, contestada por Cipriano que, ao associar-se a T. O. Smith, em 1857, informa que foi esse último quem trouxe para o Brasil [em 1854], o "sistema norte-americano" (Garboggini, 2005, p. 23-26).

Os anos de 1860 são um período de transição tecnológica e o gosto do público também se modifica, ameaçando profissionais estabelecidos. Com a expansão do mercado, o barateamento dos custos e a acirrada competição, fotógrafos e miniaturistas (muitas vezes encarnados na mesma pessoa) estão frequentemente envolvidos em polêmicas em torno da qualidade de seu trabalho e suas supostas habilidades. Um caso exemplar tem início quando alguém que se assina *Aprendiz* comenta as miniaturas apresentadas por José Tomás da Costa Guimarães na Exposição Geral de Belas-Artes da Academia Imperial de 1860: "péssimo desenho", colorido pesado e nada natural, "falta de relevo em quase todas" (JC, 19/1/1861, p. 2). A resposta do artista vem no dia seguinte, insinuando que conhece a verdadeira identidade do *Aprendiz*: seria alguém que em certo concurso apresentou-se com o trabalho de outro, teria pretensões a miniaturista, mas não exhibe suas obras e, finalmente, tinha um charlatão como mentor (JC, 20/1/1861, p. 2). No dia seguinte, o *Aprendiz* desafia José Tomás a uma prova artística pública. Antônio José da Rocha – professor de desenho, menção honrosa em 1860 –, acreditando que José Tomás insinuara que o *Aprendiz* era ele, escreve que quando o miniaturista "estava ainda na sua terra, cuidando talvez em plantar batatas, nós já estudávamos desenho na academia das Belas-Artes" e acrescenta que ele não deveria imprudentemente fazer eco às "calúnias de um homem de quem fui amigo". O *Filho do Carpinteiro*, por sua vez, desafia José Tomás a revelar quem é o "charlatão" a que se referiu como mentor do *Aprendiz* (JC, 21/1/1861, p. 2). No dia seguinte, a confusão de anônimos e pseudônimos é tamanha, que José Tomás vê-se obrigado a dizer que suas insinuações não dizem respeito ao sr. Rocha, e menos ainda ao sr. *Filho do Carpinteiro*; mas aceita o desafio de medir-se com o *Aprendiz* se ele revelar sua identidade (JC, 22/1/1861, p. 2). Como a troca de desaforos não cessa, José Tomás lamenta que a "liberdade de imprensa brasileira" faculta a calúnia por parte de anônimos e conclui que o *Aprendiz* "é como esses assassinos armados de bacamarte, colocam-se na estrada por detrás das árvores para mais a seu salvo ferirem o viandante a que querem dilapidar" (JC, 25/1/1861, p. 2).

Entre as muitas contendas entre artistas e fotógrafos pela imprensa, uma nos interessa aqui, por ter Cipriano no centro da disputa. Além dos usuais desafios recíprocos, ela mobiliza valores muito caros às fotografias e às miniaturas: a memória e a saudade. Em abril de 1861,

anuncia-se uma exposição de “retratos em cartões de visita”, na galeria de Insley Pacheco, que prenuncia o rumo que o conflito viria a tomar. Os *carte de visite* eram a novidade do momento: baratos, muito nítidos e pequenos, podiam ser feitos em grande quantidade. Mas a explicação que se segue é um requinte de provocação: “essas miniaturas feitas em cartões de três polegadas e cuja semelhança é da maior exatidão, servem principalmente para consolar em distância aqueles a quem a saudade punge: podendo bem encerrá-las uma carta escrita em papel vulgar” (JC, 27/4/1861, p. 2).

– Como assim “miniaturas”? Empulhação, isso sim, porque uma fotografia feita por uma máquina, por menor que seja, nunca será uma miniatura. Depois Diogo pensou melhor e resolveu que poderia criar seu próprio método de consolar a “saudade que punge”. Em 7 de junho de 1861, encarta no *Jornal do Comércio* um folheto com uma ideia original: “assinaturas” de “retratos de famílias do continente de Portugal”. Funcionaria assim: um retratista associado partiria em breve para a Europa e aceitaria assinaturas de clientes interessados em ambrótipos de familiares distantes. Quando retornasse ao Brasil traria as fotografias encomendadas (JC, 15/6/1861, p. 4).

A reação ao projeto veio tanto de fotógrafos como de miniaturistas – que já sofriam com a perda do monopólio da saudade a que estavam habituados. Um longo texto anônimo no *Jornal do Comércio*, no dia seguinte à distribuição do panfleto, adota um tom irônico e procura minar a credibilidade da proposta. Sob o título “Admirável descoberta!!!” começa criticando Diogo Cipriano por ter o “predicado” de dividir-se em “três pessoas distintas, sem todavia formarem uma só coisa que se veja”.<sup>23</sup> Critica a verbosidade e a pretensão do panfleto, comenta que Cipriano trabalhou para o “regresso da arte”, sendo o “último lugar entre aqueles que a professam”. Por ser contra o progresso, reagiu contra o ambrótipo, mas depois mudara vergonhosamente de opinião. Mesmo assim, apesar dos anos de prática, seria um péssimo retratista (“Quem quiser se retratar em posições impossíveis pode se dirigir à casa do sr. Diogo, que será satisfeito”). Acrescenta que isso de ser miniaturista da casa imperial, “pouco ou nada quer dizer”, pois “a caridade imperial é tão grande que estende o seu manto a muita gente”. Sente-se assim na obrigação de alertar o público quanto à arapuca que se arma, afinal, não haverá quem resista a mandar vir “a pública-forma” da família, da casa em que nasceu, dos cachorrinhos, dos gatinhos e até “dos brinquedos com que se divertiu na infância”. Nesse ponto, sobrevém o golpe fatal: o encarregado de Cipriano iria contratar homens e mulheres em Portugal para se fazer passar pelo parente cujas feições tinham sido há muito esquecidas e assim enganar seus familiares no Brasil (JC, 8/6/1861, p. 2).

Em pouco tempo, a polêmica deixa de ser técnica e artística para associar-se às tensões entre brasileiros e portugueses no Brasil Imperial. Sob o título “Insolência da inveja”, criticam-se aqueles que reputam “tão boçais e estúpidos os portugueses” que não seriam capazes reconhecer os próprios familiares (CM, 10/6/1861, p. 2). Alguns dias depois, Diogo procura encerrar a discussão: “O abaixo-assinado retratista em miniatura de Suas Majesta-

---

23 Isto é, pintor, miniaturista e fotógrafo.

des Imperiais, estabelecido à rua do Ourives, não responde a anônimos, e agradecendo às pessoas que o tem defendido lhes roga de não continuarem a fazê-lo para não serem enxovalhadas” (CM, 14/6/1861, p. 2). Mas a trégua não dura muito, pois logo no dia seguinte, publica dois anúncios no *Jornal do Comércio* para atrair mais assinaturas. A reação dos adversários é ainda mais dura. Um anônimo, recusando o tradicional desafio artístico, afirma que não vai declinar seu nome nem se trancar em uma sala com o oponente, pois “há certos costumes nos habitantes da terra do sr. Diogo com o que ainda não podemos conformarmos” e que ele deveria ser trancado não em uma sala, mas “n’uma jaula, para ser admirado como uma coisa rara”. Já *Cabron* nos oferece uma definição de charlatão: “é todo aquele que aproveitando-se da ignorância de algumas pessoas quer passar por artista”, quando não passa de um “limpador de chapas” e “fabricante de caricaturas”. E que espera para ver exposta, na volta do “acólito” de Cipriano, “a burlesca coleção de tias Marias e tios Manueis” (JC, 14/6/1861, p. 2).

O assunto se torna objeto de tanta controvérsia – com larga vantagem para os opositores de Diogo –, que até sonetos satíricos são publicados. Um deles, sob o título “Retratos de retratos”, assinado por *Tome Lá*, diz:

Não lamenta Diogo o teu estado / Burro tem sido muita gente boa / E o Gaspar que manda a Lisboa / Como tu, entre os burros tem reinado. // Retrato dessa vez terá o soldado / Que tenha na patrona meia coroa, / Retratado será de popa a proa / Lugar que por tal bisca for honrado. // Que a bola do Diogo tão famosa / Já fez publicar pela gazeta / Quanto da parva ideia está vaidosa. // Mas eu que nisto, só descubro treta / Faço saber a gente duvidosa / Ser um burro o Diogo, o resto é peta (CM, 16/06/1861, p. 2).

Um defensor de Diogo, por sua vez, afirma que o anônimo oponente não passa de um “mercenário, um criado de servir que executa ordens de seus amos”. E ameaça publicar “os nomes dos charlatães que o hostilizam” caso persista na imprensa a “insolência”, referindo-se à obra de um desses como “cataplasmas que ousara impingir-nos como miniaturas”<sup>24</sup> (CM, 16/6/1861, p. 2).

Não sabemos se o empreendimento das assinaturas deu certo, mas a polêmica desaparece dos jornais. Na categoria miniaturas, José Tomás ganhará uma das medalhas de prata da Academia Imperial e Diogo Cipriano uma de cobre, por uma miniatura da Virgem amamentando Jesus. Três anos depois, em 1864, José Tomás é nomeado miniaturista da casa imperial – título que Diogo já tinha –; e Diogo se torna fotógrafo da casa imperial – título que Insley Pacheco possuía. Mas o ano de 1861 não terminaria sem uma reação desse último. Em

---

24 É muito difícil, sem uma investigação bem mais exaustiva que a presente, identificar os contendores, mas dois perfis parecem se encaixar. O termo “cataplasma”, por exemplo, pode ser uma alusão ao miniaturista José Tomás da Costa Guimarães, que era farmacêutico de formação. Mas não é implausível que o próprio José Tomás o tenha usado, em defesa do colega. Já o contraste entre progresso e regresso no campo da fotografia e a ironia para com a adesão tardia de Diogo Cipriano ao ambrótipo lembram a retórica de Insley Pacheco.

um grande anúncio, o “fotografista da casa imperial” informa que agora faz “halótipos” (um segredo que teria acabado de obter e cuja beleza e naturalidade superam “tudo o que se tem feito na fotografia moderna”): “o processo halótipo que hoje temos o prazer de executar com perfeição, não só iguala os grandes contrastes do claro-escuro [dos ambrótipos] [...] como pode ser feito a rivalizar com as mais custosas miniaturas em marfim”<sup>25</sup> (JC, 7/9/1861, p. 4).

Estava iniciada, no Rio de Janeiro, a guerra ao último bastião das miniaturas, a pintura sobre marfim. A técnica se desenvolvera ao longo do século XVIII, com aquarela e, depois, já no início do século XIX, com óleo, o que permitiu dar mais “suavidade à pele” (Johnson, 1990, p. 15-23). O uso do marfim teria promovido uma verdadeira “revolução” na arte da miniatura, pois representava essa fascinante combinação de matéria orgânica e artifício, joia e obra de arte. Os estojos utilizados para abrigar daguerreótipos e ambrótipos imitavam os já utilizados pelas miniaturas e, desde fins dos anos de 1850, busca-se desenvolver processos fotográficos que simulassem, tanto na cor como na materialidade da superfície – pela aplicação de vernizes, por exemplo –, a aparência das miniaturas em marfim. Na década de 1860, com o barateamento dos custos da fotografia e a invenção de diferentes técnicas de colorização dos retratos, as miniaturas em marfim, devido ao seu alto custo, entram em decadência. Como resumiu Harry Whale, “a fotografia em face da miniatura era como um pássaro diante da cobra: ela o fascinou – a ponto de imitá-la – e então, a engoliu” (Johnson, 1990, p. 25).

Como o custo da halotipia ainda era elevado e o peso da imagem resultante, pelo uso de duas chapas de vidro, bastante grande, a reação dos miniaturistas demora um pouco a tomar força. Mas em 1864, o *Jornal do Comércio* anuncia a presença no Rio de Janeiro, “recém-chegado de Paris”, do fotógrafo Fillon, que tira retratos em cores de “beleza sem igual”, enfatizando sua superioridade em relação às miniaturas, pois nem as mais preciosas “apresentam maior correção do desenho nem suavidade de carnação mais transparente”. Depois de garantir que ele é único fotógrafo no Rio de Janeiro a possuir esse processo, afirma que é capaz de produzir “retratos com o colorido e a animação que faltam nos que tiram no processo ordinário”<sup>26</sup> (JC, 17/11/1864, p. 1). Em virtude da notícia enfatizar o automatismo do processo, que estaria baseado em um “aparelho para tirar retratos de cores”, podemos supor que se trata do sistema Crozat, que havia sido criado na Espanha, em 1862, e que se difunde na França e na Inglaterra a partir do início de 1864 (também conhecido na época como fotografia com fundo duplo ou a duas tintas), cuja superfície brilhante agrega um brilho à imagem que lembra a porcelana ou o marfim<sup>27</sup> (Caccialanza, 2015).

---

25 A halotipia, derivada da ambrotipia, foi patenteada em Nova Iorque, em 1858. Usava duas chapas idênticas superpostas, uma transparente e outra pintada, o que dava um efeito de cor e volume ao retrato.

26 Trata-se, muito provavelmente, de Alfred Fillon (1825-1881), fotógrafo francês radicado em Lisboa que, por ser republicano, exilou-se em Portugal a partir de 1857. Não chegou a se estabelecer no Rio de Janeiro e é improvável que tenha vindo de Paris, para onde sabe-se que só teria retornado, por um breve período, em 1870, por ocasião da Comuna.

27 O aparelho utilizado, no entanto, não é uma câmera, como a notícia sugere, mas um dispositivo auxiliar ao processamento das cópias, visando ajuste das placas e aplicação do esmalte.

As informações a respeito da introdução no Brasil do sistema Crozat e de outras formas de imitar porcelana e marfim nas fotografias são relativamente incertas. De todo modo, nos anos de 1860, os miniaturistas estão desfrutando os últimos anos de sua pequena glória. Em 1865, José Tomás participa da Exposição Internacional do Porto com várias miniaturas em marfim que, segundo o *Jornal do Comércio*, são colocadas no salão de honra da exposição (JC, 20/11/1865, p. 2). Diogo também envia a miniatura da Virgem, que havia obtido medalha de cobre, na qual havia trabalhado por quatro anos (JC, 21/10/1865, p. 2). Mas os miniaturistas sentem-se constantemente ameaçados. O *Correio Mercantil*, depois de assinalar que “em vão se tem tentado até hoje obter a fotografia sobre o marfim”, relata que se assistiu à demonstração de uma descoberta do fotógrafo J. F. Guimarães que, apenas com uso de química e máquinas, sem qualquer retoque, logrou o resultado desejado em apenas cinco minutos: “o retrato que vimos é de maravilhosa suavidade de tons, de extraordinária delicadeza de transparência” (CM, 24/10/1866, p. 2). Diante das dúvidas frequentemente suscitadas quanto à marfinização das fotografias, *Chandoquinha* responde a um oponente que se assina *Paspalhão* que se “não é fotógrafo, não pode ter opinião autorizada por processos fotográficos, ou, se é, por que não expõe suas fotografias sobre marfim para provar o que avança? Ou será esse tal *Paspalhão* algum rabiscador de miniaturas que teme que se lhe seque a teta?” (CM, 28/5/1867, p. 2).

Na segunda metade da década, o conflito não é mais pessoal, contra esse ou aquele “charlatão”, mas entre categorias, uma vez que os fotógrafos chamavam usualmente seus *cartes de visite* de miniaturas. Em maio de 1867, acusa-se certo miniaturista de não saber desenho e tomar fotografias como modelos (CM, 27/5/1867, p. 3). O *Miniatura*, em resposta, publica um “aviso aos fotógrafos” nos seguintes termos: “Se querem decompor-se vão ao largo do Paço porque lá encontram seus camaradas cocheiros” (JC, 28/5/1867, p. 3). O pobre miniaturista que resolve tomar as dores da classe é alvejado por fotógrafos com os pseudônimos mais esdrúxulos, como *O Galinheiro do Visconde*, *Bizarro Capacho*, *O Parasita* e *O Neblina*. Ainda que predominem ofensas como “corcunda”, “pinta-porcos” e “cogumelo de estrumeira”, insiste-se no ponto de ele não saber desenhar vivendo “à custa da sopa dos outros” (CM, 29/5/1867, p. 3). Uma resposta violenta, endereçada “Ao fotógrafo hidrófobo”, refere-se a ele como “composto nojento e asqueroso de todos os vícios”, frequentador de orgias, além de ter “nascido na pocilga, de onde te varejaram na roda!”<sup>28</sup> Entre os crimes mais hediondos de que se acusa tal fotógrafo está o ter deixado “morrer à míngua a mísera *regateira* que te deu o leite!” (JC, 31/5/1867, p. 2). Ainda que o alvo das ofensas seja, obviamente, a progenitora do fotógrafo, há um sentido subjacente à acusação: a fotografia teria virado as costas àquela de lhe deu origem – a pintura – para entregar-se a vulgaridade. Alguns dias depois, o *Correio Mercantil* publica dois poemas satíricos extremamente violentos contra o *Miniatura*, e uma curiosa nota intitulada “Questão fotográfica e miniaturística”. Nela o autor insiste em dizer

---

28 Isto é, a roda dos enjeitados da Santa Casa da Misericórdia onde mães solteiras e prostitutas deixavam anonimamente seus filhos indesejados.

que não é Insley Pacheco que está por trás da brutal ofensiva. Ironicamente, chama-o de “distinto cavalheiro, que já se ufana com um hábito de Cristo e com diversas medalhas, por seu nunca assaz reconhecido mérito”. E retomando as polêmicas de 1861, finge-se de ingênuo: “Que importa que se digam por aí que o que se publicou contra o sr. Diogo Cipriano era do sr. Pacheco, assim como o que saiu contra o sr. Gaspar e contra o sr. José Tomás da Costa, miniaturista?” E acrescenta: “O sr. Diogo Luís Cipriano foi vítima de atrozes descomposturas”, mas “o sr. Pacheco falou e tudo está acabado! Não foi o sr. Pacheco, nem nenhum capacho seu, o autor de tanto lixo”<sup>29</sup> (CM, 4/6/1867, p. 3).

Mas a vitória da fotografia já estava desenhada. A situação a que foi reduzida a miniatura pintada pode ser exemplificada pela magreza de um anúncio publicado em julho de 1867, em que um estrangeiro se oferece para dar aulas de desenho e fazer retratos a óleo e miniaturas “a preços excessivamente baratos” (JC, 3/8/1867, p. 3). A cobra comeu o pássaro e, depois de digeri-lo, esqueceu-se do tempo em que usava plumas e penas coloridas para se fazer passar por joia. Entrou-se finalmente na era de ouro do retrato burguês e do *carte de visite*.

Nesse contexto, o sistema Crozat pode ser pensado como uma espécie de formação de compromisso entre a fotografia-joia e o caráter múltiplo do retrato burguês. Ou como um adeus à miniatura. Será algumas vezes apresentado como novidade, no Rio de Janeiro, na segunda metade da década de 1860. Em 1870, o próprio Cipriano Junior, da Madeira, agora sócio de Pedro Sátiro Silveira, oferece fotografias com o método; e, alguns meses depois, Cristiano Junior, dos Açores, que já vivia em Buenos Aires e teria introduzido o sistema naquela cidade, trazia-o agora para o Rio de Janeiro, sendo oferecido por seu sócio (Caccialanza, 2015, p. 66-67). Mas a época já exigia novas estratégias e o pintor-miniaturista-fotógrafo Diogo Cipriano lança mais uma de suas invenções comerciais, a loteria fotográfica: duzentos bilhetes, que eram distribuídos grátis para os clientes que adquirissem 12 retratos. O prêmio: “um magnífico relógio de ouro com bonita corrente do mesmo metal” (JT, 21/5/1870, p. 3).

– Sim. Uma bonita corrente de ouro como as que costumava pintar nos daguerreótipos que tirava em 1855. Eia, pois, aos retratos, porque nunca estiveram tão baratos e ainda dão prêmios à freguesia!

No pé do anúncio, uma mensagem comum a quase todos os estúdios: “tiram-se retratos desde a mais pequena miniatura até o tamanho natural”. E, um pouco mais adiante, como complemento, lemos: “fazem-se retratos a óleo, aquarela, pastel etc., etc.”. A miniatura agora pertencia integralmente ao campo da fotografia. Na pintura, fora reduzida a um “etc.” (JT, 21/5/1870, p. 3). Mas Diogo Cipriano nunca esqueceu sua premiada *Virgem amamentando o menino*. Depois de encerrada a Exposição Internacional do Porto, em 1865, ela desaparecera misteriosamente. Escreveu cartas, contactou emissários. Até sua morte, aos cinquenta anos, em 1870, nunca perdeu a esperança de reencontrá-la (JC, 22/12/1870).

Aqui, com o falecimento do protagonista poderia encerrar-se este texto, mas o mundo gira e a lusitana roda. E foi numa dessas voltas que uma exposição de arte portuguesa apor-

---

<sup>29</sup> Gaspar era o artista que Diogo enviou ou enviaria a Portugal em 1861.

tou no Rio de Janeiro, em 1879. Um sobrinho de Diogo, Sabino Antônio Pestana de Aguiar, percorrendo as galerias, reconhece a miniatura e a assinatura do tio: “D. L. Cypriano”. A coincidência é notícia em vários jornais (JR, 11/12/1879). Inicia-se uma disputa legal da família contra o expositor português para reaver a peça. A Justiça brasileira manda reter a obra até que se decida sobre sua propriedade. A pendenga se arrasta indefinidamente e no curso de uma ação que nunca se resolve, a miniatura some novamente – também, quem manda ser pequena?

A Virgem de Cipriano, porém, tinha esse dom de reaparecer. Em abril de 1915, alguém a encontra no Depósito Público, onde havia sido recolhida em 1879. Acha-a bonita, coloca uma moldura e presenteia o ministro da Justiça. O mistério da “obra-prima” encontrada no depósito vira assunto na imprensa. O ministro solicita um perito à Escola de Belas Artes para examiná-la. O encarregado foi o pintor Zeferino da Costa que a considera escrupulosamente bem desenhada e de “colorido fresco”, apesar de “cópia de original da escola italiana”, e conclui o laudo afirmando que a obra teria “relativo merecimento artístico”. Em vista disso, ordena-se integrar a peça à Pinacoteca da Escola Nacional de Belas Artes. Mas sua estadia ali não durou muito. Cipriano teve quatro filhos, sendo que apenas um permanecia vivo em 1915, Ednardo Alves Cipriano, 47 anos. A ação judicial que disputou a peça com o expositor português, em 1879, foi movida pelo filho mais velho do pintor que, como podemos adivinhar, também se chamava Diogo Luís Cipriano. Com a morte desse filho, a ação foi extinta. Agora que fora reencontrada, Ednardo entrou com nova ação judicial pela posse da miniatura (AN, 27/4/1915, p. 1). A obra retornou, como um cometa, ao fundo escuro do Depósito Público – passado um século, por onde andaré agora a Virgem reaparecida?

Não conhecemos seu destino. Também não sabemos quem ganhou a primeira loteria fotográfica. Mas a família Meneses e seu retratista tiveram suas existências redimidas do eterno olvido graças a uns bilhetes-daguerreótipos adquiridos em 1855. Junto dessas fotografias estavam as comendas que Manoel Joaquim tanto ambicionou, os poemas que Ana Edeltrudes tanto colecionou e as miniaturas que Luís Cipriano tanto amou. E aquilo pelo qual cada uma dessas pessoas colocou sua vida em jogo: os duelos de anatomia pelo mérito dos cirurgiões; os duelos de modinhas pela emancipação das mulheres; e os duelos de imagens pela fortuna dos fotógrafos.

## Fontes

### ***Biblioteca Nacional***

Periódicos da Hemeroteca Digital Brasileira

*A Atualidade* (AA), *A Constituição* (AC), *Aurora Fluminense* (AF), *A Noite* (AN), *A Pátria* (AP), *Brasil Histórico* (BH), *Correio Mercantil* (CM), *Diário do Rio de Janeiro* (DR), *Jornal do Comércio* (JC), *Jornal de Recife* (JR), *Jornal das Senhoras* (JS), *Jornal da Tarde* (JT), *O Apóstolo* (OA).

## Manuscritos

MENESES, Manoel Joaquim de. Requerimento ao Ministério do Império, 14/7/1821. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), C-321.002 n. 003.

\_\_\_\_\_. Requerimento ao Ministério do Império, 24/10/1825. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), C-0321,002 n. 003.

\_\_\_\_\_. Requerimento ao Ministério do Império, 24/5/1827. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), C-321.002 n. 005.

\_\_\_\_\_. Requerimento ao Ministério do Império, 3/5/1843. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), C-772,66.

\_\_\_\_\_. Requerimento ao Ministério do Império, 22/6/1853. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), C-0321,002 n. 007.

\_\_\_\_\_. História médica brasileira e da Revolução de Pernambuco em 1824 que foi consequência da dissolução da Constituinte. Autobiog. do dr. Manoel Joaquim de Menezes. s.d. Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), II-32,01,009.

## Referências

ALMANAQUE LAEMMERT. *Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro*, 1855.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL. *Relatório do vice-presidente da província do Rio de Janeiro o doutor José Ricardo de Sá Rego na abertura da segunda sessão da décima legislatura da Assembleia Legislativa Provincial acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1856*. 1855. Disponível em: <[https://archive.org/stream/rperiojaneiro1855c/rperiojaneiro1855c\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/rperiojaneiro1855c/rperiojaneiro1855c_djvu.txt)>. Acesso em: 9 jan. 2019.

BENTIVOGLIO, Julio. Palacianos e aulicismo no segundo reinado: a facção áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da corte de d. Pedro II. *Revista Esboços*, v. 17, n. 23, p. 187-221, 2010.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883. Disponível em: <[https://pt.wikisource.org/wiki/Diccionario\\_Bibliographico\\_Brazileiro/D\\_Aнна\\_Edeltrudes\\_de\\_Menezes](https://pt.wikisource.org/wiki/Diccionario_Bibliographico_Brazileiro/D_Aнна_Edeltrudes_de_Menezes)>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BLOG DO CONSISTÓRIO N. 1. Coronel Manoel José de Oliveira, primeiro presidente do Consistório N. 1. 2014. Disponível em: <<http://blogdoconsistorio1.blogspot.com/2014/01/coronel-manoel-jose-oliveira-manuel-consistorio-comercio-artes.html>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

BORGES, Magno Fonseca. Perto do buraco que estão fazendo ali, em frente ao Brandão: a segunda escravidão, a Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II e a expansão para dentro do Estado imperial, 1855-1865. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO. 17., 2016, Rio de Janeiro. *Anais...* Disponível em: <[http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1471211657\\_ARQUIVO\\_MagnoFonsecaBorges.pdf](http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1471211657_ARQUIVO_MagnoFonsecaBorges.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BOTELHO, Sebastião José Xavier. *História verdadeira dos acontecimentos da ilha da Madeira depois do memorável dia de 28 de janeiro*. Lisboa: Oficina de Antônio Rodrigues Galhardo, 1821.

CACCIALANZA, Roberto. *Leandro Crozat – Sistem Crozat*. Cremona: Ed. do Autor, 2015.

CARITA, Rui. A Madeira e a mobilidade no mundo de expressão portuguesa de artistas e artífices: a necessidade de constituição de um banco de dados para artistas e artífices no mundo de expressão portuguesa. In: \_\_\_\_\_. *Artistas e artífices: e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2007. p. 469-481. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6171.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

CARVALHO, Augusto de. *O Brasil: colonização e emigração: esboço histórico baseado no estudo dos sistemas e vantagens que oferecem os Estados Unidos*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1872.

DIOGO Luiz Cypriano. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22023/diogo-luiz-cypriano>>. Acesso em: 9 jan. 2019.

DURÃO, João Ferreira. *Pequena história da Maçonaria no Brasil (1720-1882)*. Rio de Janeiro: Madras Editora, 2008. Disponível em: <<https://madras.com.br/blog/wagner/1822-criacao-do-grande-oriente-do-brasil-independencia/>>. Acesso em: 9 jan. 2019.

GARBOGGINI, Flávia de Almeida Fábio. *Um álbum imaginário*: Insley Pacheco. 2005. Dissertação (mestrado) – Instituto de Artes, Unicamp, Campinas, 2005.

GERSCHEIM, Helmut. *Creative Photography: Aesthetic Trends, 1839-1960*. New York: Dover, 1962.

IMPÉRIO DO BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*, n. 9, p. 86-93. Sessão de 15 maio 1827. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=15/5/1827#/](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=15/5/1827#/)>. Acesso em: 20 dez. 2018.

JINZENGI, Mônica Yumi. Leitura e escrita feminina no século XIX. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 38, p. 367-394, jan./jun. 2012.

JOHNSON, Dale T. *American Portrait Miniatures in the Manney Collection*. New York: MoMA, 1990.

KODAMA, Kaori; PIMENTA, Tania Salgado; BASTOS, Francisco Inácio; BELLIDO, Jaime Gregório. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-56): uma análise preliminar. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Fiocruz, Rio de Janeiro, v. 19, p. 59-79, dez. 2012.

KRAAY, Hendrik. *Days of National Festivity in Rio de Janeiro, Brazil, 1823-1889*. Stanford: Stanford University Press, 2013.

LIRA DO TROVADOR (nova edição aumentada). São Paulo: J. B. Endrizzi, s.d.

MENESES, Manoel Joaquim de. *Refutação à resposta do deputado graduado do cirurgião-mor João Maria Pereira de Araújo*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional e Imperial, [1830].

\_\_\_\_\_. *Exposição histórica da Maçonaria no Brasil particularmente na província do Rio de Janeiro em relação com a independência e a integridade do Império*. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diário, 1857.

MILLER, Francesca. *Latin American Women and the Search for Social Justice*. Hanover: University Press of New England, 1991.

MILTON, João. *Paraíso perdido*. Trad. de Francisco Bento Maria Targini, visconde de São Lourenço, tomo 2. Paris: Firmino Didot, 1823.

MORAIS, José Alexandre de Melo. *A Independência e o Império do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.

ORTIZ, Antônio Romero. *Literatura portuguesa en el siglo XIX*. Madrid: Gregorio Estrada, 1869.

PENHA, Ana Lucia Nunes. *Nas águas do canal; política e poder na construção do canal Campos-Macaé (1835-1875)* 2012. Tese (doutorado de história) – UFF, Niterói (RJ), 2012.

RANGEL, Ronaldo Raemy. *A trajetória da Sociedade Amante da Instrução: entre o pragmatismo e o humanismo da elite imperial (1829-1876)*. 2013. Tese (doutorado) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2013.

RODRIGUES, Paulo Manuel. *A Madeira entre 1820 e 1842: relações de poder e influência britânica*. Funchal: Empresa “Funchal 500 Anos”, 2008.

SENADO IMPERIAL. *Anais do Senado do Império do Brasil*. Ano 1827, livro 2. Disponível em: <[https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais\\_Imperio/1827/1827%20Livro%202.pdf](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1827/1827%20Livro%202.pdf)>. Acesso em: 9 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. *Anais do Senado do Império do Brasil*, 1877, livro 5. Disponível em: <[https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais\\_Imperio/1877/1877%20Livro%205.pdf](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1877/1877%20Livro%205.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2018.

SOARES, Luiz Carlos. Do tráfico africano ao tráfico interno: o comércio retalhista de escravos do Rio de Janeiro e sua organização no século XIX, 2001. Disponível em: <[http://www.abphe.org.br/arquivos/luiz-carlos-soares\\_5.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/luiz-carlos-soares_5.pdf)>. Acesso em: 9 jan. 2018.

SOUSA, Horácio. *Ciclo áureo: história do 1º centenário de Campos*. Campos (RJ), 2014.

SOUZA, Juliana Beatriz de. Virgem imperial: Nossa Senhora e o império marítimo português. *Luso-Brazilian Review*, v. 45, n. 1, p. 30-52, 2008.

SUPREMO CONSELHO DO RITO MODERNO. O Supremo Conselho do Rito Moderno. Disponível em: <<http://www.scrm.org.br/historia/>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

---

Recebido em 31/10/2018

Aprovado em 22/2/2019